

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª. Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

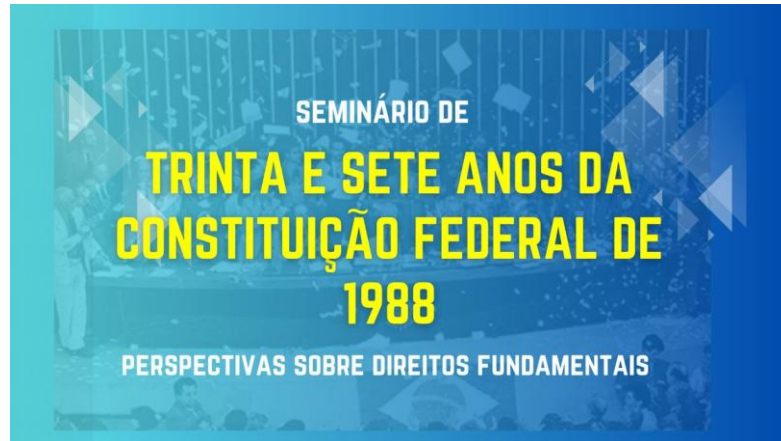


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiankaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Leticia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

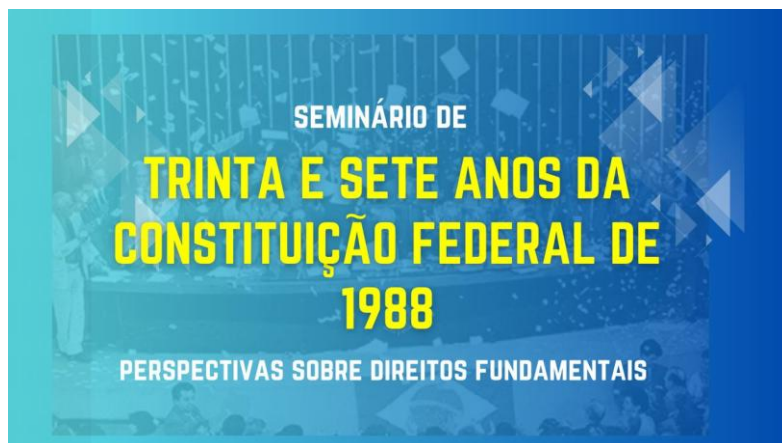
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**GARIMPO ILEGAL NO INTERIOR DO AMAZONAS: ALTERNATIVAS,
SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO**

*ILLEGAL MINING IN THE INTERIOR OF THE AMAZON: ALTERNATIVES,
SUSTAINABILITY AND INNOVATION*

**Geslean de Lima¹
Emanuel Augusto Moellmann Maranhão²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

O interior do estado do Amazonas enfrenta, recorrentemente, a pressão de atividades extrativas ilegais, entre as quais o garimpo se destaca pela intensidade de seus impactos ambientais e sociais. A atividade, associada ao desmatamento, à contaminação por mercúrio e à violência contra comunidades tradicionais, tornou-se um dos principais desafios para a gestão ambiental e para a garantia dos direitos humanos na região. Ao

¹Graduando em Segurança Pública e do Cidadão da Universidade do Estado do Amazonas. Email: geslean.gl@gmail.com; Endereço: rua das juremas, 504, Dom Pedro, Manaus - AM

²Graduando em Segurança Pública e do Cidadão da Universidade do Estado do Amazonas. Email: Emanuel.work10@gmail.com; Endereço: rua Frederico Guilherme, 342, Petrópolis, Manaus – AM.

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

mesmo tempo, surgem propostas inovadoras que visam transformar essa realidade por meio do fortalecimento da bioeconomia, da valorização de cadeias produtivas sustentáveis (como açaí, castanha e pescado manejado) e da introdução de tecnologias de monitoramento e inovação social. Assim, este artigo discute alternativas ao garimpo ilegal no interior do Amazonas, à luz da sustentabilidade e da inovação, propondo reflexões sobre políticas públicas e práticas comunitárias.

2. JUSTIFICATIVA

A pesquisa proposta sobre alternativas ao garimpo ilegal no interior do Amazonas é de extrema relevância, pois aborda um problema multifacetado que envolve não apenas a degradação ambiental, mas também questões sociais, culturais e econômicas de grande impacto para as comunidades locais. O garimpo ilegal é uma atividade que, além de causar sérios danos ao meio ambiente, como a contaminação por mercúrio e o desmatamento, também é responsável por conflitos sociais e pela violação dos direitos humanos de comunidades indígenas e ribeirinhas. A substituição dessa prática por alternativas sustentáveis é fundamental para garantir o futuro da biodiversidade amazônica e das populações que dela dependem. O foco na bioeconomia e em cadeias produtivas sustentáveis surge como uma solução concreta para a promoção de uma economia regional mais justa e ambientalmente responsável. Além disso, a pesquisa propõe refletir sobre políticas públicas que possam potencializar essas alternativas, assegurando o fortalecimento das comunidades locais e a implementação de práticas inovadoras, respeitando os saberes tradicionais e utilizando tecnologias modernas.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as alternativas ao garimpo ilegal no interior do Amazonas, considerando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e discutir as possibilidades de implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da bioeconomia e do manejo sustentável de recursos naturais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as principais alternativas ao garimpo ilegal, com base em experiências

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

de manejo sustentável, como o uso de produtos da biodiversidade amazônica (açai, castanha-do-brasil, pirarucu).

Avaliar o impacto ambiental e social do garimpo ilegal nas comunidades tradicionais, destacando as consequências da contaminação por mercúrio e a perda de biodiversidade.

Propor políticas públicas que incentivem o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, como a bioeconomia, integrando saberes tradicionais e tecnologias inovadoras.

Analisar o papel das organizações ambientais e da sociedade civil na promoção de práticas alternativas ao garimpo ilegal.

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

Problema: Como substituir o garimpo ilegal no interior do Amazonas por alternativas sustentáveis que promovam a preservação ambiental e a geração de renda para as comunidades locais, respeitando as tradições culturais e utilizando inovações tecnológicas?

Hipótese: A substituição do garimpo ilegal por práticas sustentáveis, como a bioeconomia e o manejo sustentável de recursos naturais, pode contribuir para a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, desde que haja o fortalecimento de políticas públicas, o apoio às comunidades tradicionais e a integração entre saberes ancestrais e inovações tecnológicas.

5. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter exploratório, utilizando-se de revisão bibliográfica e documental. Foram consultados artigos científicos de autores da região amazônica, relatórios de órgãos ambientais (IBAMA, ICMBio e IPAAM) e documentos de organizações da sociedade civil que atuam na Amazônia. O objetivo foi identificar propostas alternativas ao garimpo ilegal, considerando aspectos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos.

6. RESULTADOS

O garimpo ilegal no Amazonas provoca degradação ambiental severa,

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

especialmente pelo uso indiscriminado do mercúrio, que contamina rios e compromete a saúde das populações ribeirinhas causando danos sociais às comunidades indígenas que veem suas terras e rios que outrora serviram como fonte de alimentos ser contaminadas por produtos químicos e perder a biodiversidade (ALMEIDA, 2024). Além disso, fomenta a violência em áreas de difícil acesso, desafiando a atuação do Estado com a presença do crime organizado, que controla parte significativa das operações de garimpo ilegal, intensifica ainda mais os desafios enfrentados (DOS SANTOS, 2025). As comunidades indígenas e ribeirinhas têm se posicionado contra o garimpo, destacando práticas de manejo sustentável de recursos como alternativas reais para a geração de renda. Experiências de manejo do pirarucu e da castanha-do-brasil são exemplos exitosos.

Projetos de bioeconomia, baseados no uso sustentável da floresta, e o desenvolvimento de cadeias produtivas inovadoras (biocosméticos, fármacos da biodiversidade, energias renováveis), “dada a rica biodiversidade dos produtos oriundos da floresta amazônica” (SILVA e OLIVEIRA, 2021), oferecem caminhos concretos para substituir o garimpo ilegal. A integração entre saberes tradicionais e tecnologia moderna é essencial para a efetividade dessas iniciativas, para que alternativas ao garimpo ilegal prosperem, é necessário fortalecer políticas públicas de incentivo à produção sustentável, crédito rural diferenciado, assistência técnica e combate efetivo às redes ilegais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A substituição do garimpo ilegal por medidas sustentáveis e inovadoras no interior do Amazonas passa, necessariamente, pela união entre políticas públicas efetivas, apoio às comunidades locais e valorização dos conhecimentos tradicionais. Alternativas como a bioeconomia e a inovação tecnológica, articuladas à preservação cultural e ambiental, configuram-se como caminhos viáveis para a construção de um modelo de desenvolvimento que respeite os limites ecológicos da Amazônia e promova justiça social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Italo Bernardes. **A análise de redes criminais como instrumento para enfrentamento ao garimpo ilegal: uma aplicação nos estados do Amazonas, Roraima e Rondônia**. 2024. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10434>. Acesso em 21 set 2024.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

ALVARENGA, C. S.; SACRAMENTO, *ET AL.* **O GARIMPO ILEGAL COMO VETOR DE DESMATAMENTO E CONFLITOS TERRITORIAIS.** uma revisão sistemática da literatura — ARACÊ, 2025.

DOS SANTOS, Washington Aleksander Savaris; LIMA, Alberto Carlos de Melo; RIBEIRO, Hebe Morganne Campos; DE OLIVEIRA, Éder Silva; VINAGRE, Marco Valério de Albuquerque. **GARIMPO ILEGAL, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.** ARACÊ, [S. l.], v. 7, n. 9, p. e7952, 2025. DOI: 10.56238/arev7n9-095. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7952>. Acesso em: 21 set. 2025.

SACRAMENTO ALVARENGA, C. **O GARIMPO ILEGAL NA AMAZÔNIA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS ENFRENTADOS PELOS POVOS ORIGINÁRIOS.** revista de direitos humanos e efetividade, V. 9, N. 2, P. 1-20, JUL./DEZ. 2023.

SILVA, M. L. A. e; OLIVEIRA, M. L. de. **A BIOECONOMIA COMO ALTERNATIVA COMPLEMENTAR AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AMAZONAS.** Bioeconomy as a complementary alternative to the Amazon development model. Informe GEPEC, Toledo, v. 25, p. 46–65, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i0.26297. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26297>. Acesso em: 21 set. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Garimpo ilegal; Sustentabilidade; Inovação; Amazônia.

KEY WORDS: *Illegal mining; Sustainability; Innovation; Amazon.*